

Educação superior a distância: o paradoxo entre a massificação e a qualidade

*Bruno Átila Petrus Silva
João Vítor Barros Lemos*

Diante do desafio de massificar a educação básica, erradicar o analfabetismo e qualificar a população adulta para melhores postos de trabalho surgiu o conceito de Educação a distância. Tão logo difundida no Ensino Superior ficou evidente as lacunas que essa modalidade de ensino deixava no aprendizado. Baseado em dados estatísticos e em estudos já feitos sobre o EAD, apresenta-se o processo evolutivo desse método de ensino no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: EAD, massificação/ qualidade;

Introdução: Definição e breve histórico da modalidade de ensino a distância

Conceituar o ensino a distância implica dizer que este pode ser aplicado a qualquer nível de ensino onde os interessados em estudar estejam adequadamente assistidos por meio de um planejamento conciso. Comumente utilizado nas situações em que aluno e professor estão distanciados em termos de espaço físico, o ensino a distância utiliza de meios de comunicação em massa e, mais recentemente, da internet para estabelecer o contato entre esses agentes do processo de aprendizagem. No passado, contudo, o ensino a distância era entendido como uma forma do chamado ensino não-tradicional ou uma modalidade de ensino paralela, na qual o interessado em estudar tinha certa autonomia para decidir o tempo e o local de estudos.

Surgido da necessidade de proporcionar educação aos segmentos da população não adequadamente atendidos pelo sistema tradicional de ensino, o ensino a distância pode ter um papel complementar ou paralelo aos programas do sistema tradicional. Frequentemente representam a única forma de acesso que adultos inseridos na força de trabalho do país e donas de casa têm ao ensino formal, já que muitas vezes não podem abdicar das obrigações familiares para frequentar cursos totalmente presenciais e cujos professores não apresentam didática diferenciada para atender às necessidades do aluno adulto.

A experiência brasileira tem início em 1940 quando o Instituto Universal Brasileiro inicia suas atividades. Outras instituições do tipo foram surgindo ao longo da segunda metade do século XX, como o Centro de Estudos Regulares (C.E.R.), que iniciou suas atividades em 1981 com o objetivo de auxiliar crianças cujas famílias se mudavam temporariamente para o exterior a continuarem estudando pelo sistema educacional brasileiro.

A década de 80 ficou marcada no Brasil pelas iniciativas frustradas para criação de uma Universidade Aberta a Distância. A motivação ocorreu pela divulgação das experiências da Universidade Aberta da Inglaterra, da Universidade Aberta da Venezuela, da Universidade Aberta de Costa Rica e de outras experiências bem sucedidas. A Universidade de Brasília (UnB) foi pioneira na criação de um centro para desenvolver cursos de extensão a distância tendo como ferramentas o correio, encontros presenciais e o material impresso.

Panorama da inclusão do ensino à distância na matriz educacional brasileira ante ao retrato da educação no país

Desde que nos entendemos como nação, após o processo de independência de 1822, a educação tem sido um dos grandes desafios enfrentados pela sociedade brasileira. Universalizar com qualidade a cobertura da educação em todas as instâncias sociais que dela demandam ainda parece um sonho distante. Uma vez garantida a presença dos alunos nas salas de aula, resta ainda certificar-nos de que estão sendo assistidos por professores qualificados. Vale lembrar que uma exigência legal – ter o ano de 2007 como prazo para que todos os professores das classes iniciais do Ensino Fundamental tenham habilitação em nível superior para o magistério - não foi alcançada.

O mundo cada vez mais competitivo em que vivemos, de grandes exigências no que diz respeito à preparação de pessoal para ocupação de postos de trabalho tem demandado grandes esforços de governos, órgãos de classe e das próprias organizações. Saber interagir com as novas tecnologias, fazer delas um diferencial a seu favor, é o que procuram as empresas nos colaboradores já contratados e a contratar.

Se a educação básica está estatisticamente disseminada e universalizada em todo território nacional, o país agora assiste uma geração de jovens adultos não descartarem o sonho de ascensão social por meio da educação e, assim, lutarem por uma vaga na Universidade.

“A Universidade Brasileira não acumulou a história de muitas de suas congêneres da América Latina, mas nas quatro últimas décadas passou por uma expansão pouco vista em outros países em desenvolvimento. Em 2003, o país possuía 3.900.000 estudantes em 16.453 cursos de graduação, com crescimento de 11,7% em relação ao ano anterior, tendo as 207 instituições públicas respondido por 7,8% e as 1.652 privadas, por 18% desse aumento. Vale destacar que o número de vagas oferecidas nas instituições de ensino superior, no mesmo ano, pela primeira vez ultrapassou o de concluintes do ensino médio regular em 2002, sendo de 12,9% o crescimento total da oferta de vagas.”

(1)

Pesquisa realizada em 2004 por duas organizações não governamentais (o Instituto Monitor e a ABED), sobre a realidade da EAD no Brasil, constatou o que já se desconfiava entre os especialistas no assunto: o ensino a distância é a modalidade que apresenta maior crescimento nos últimos anos no país. “Comparando-se com dados levantados anteriormente pelo Ministério da Educação, o número de estudantes saltou de 76.000 para cerca de 150.000, o que confere ao EAD, em apenas um ano, uma expansão de aproximadamente 100%.” (1) Segundo especialistas, o crescimento se deve tanto a uma mudança de visão e valorização da EAD como educação de qualidade quanto ao que tem sido chamado de “educação continuada”, isto é, profissionais já alocados no mercado de trabalho em busca de constante atualização profissional. Vale ressaltar que entre 2000 e 2004 o número de cursos do gênero no Brasil experimentou um crescimento de 600%.

Tabela 1 – Número de cursos novos lançados por ano

Ano	Cursos
1982	2
1985	2
1992	1
1994	1
1995	2
1996	1
1997	9
1998	1
2000	12
2001	7
2002	10
2003	61
2004	46
2005	108
2006	373
2007*	25
NR	73
Total 734	

* *Cursos previstos.*

Fonte: ABRAEAD/2007 – amostra.

Desde o início dos anos 2000, o Ministério da Educação tem encabeçado algumas iniciativas no sentido de fortalecer os cursos de formação de professores a distância em universidades públicas. Se até 2006 já haviam sido criadas algo em torno de 50.000 vagas em cursos do tipo, com o Programa de Reestruturação e Expansão Universitária (REUNI), implantado no país a partir de 2007, cursos como o de Administração também passaram a ofertar vagas na modalidade a distância, sendo que em meados de 2008 o Brasil contava com cerca de 100.000 estudantes de graduação na Universidade

Aberta do Brasil (modalidade EAD fruto da parceria do MEC com as universidades públicas). (1)

O marco legal: tentativa de assegurar qualidade mínima aos cursos

No final de agosto de 2005, devido à evolução crescente da EAD em todos os segmentos educacionais, um decreto foi encaminhado pelo MEC à Casa Civil, fruto de anos de estudo em uma parceria do ministério com o Conselho Nacional de Educação, conselhos estaduais de educação, instituições de ensino e associações envolvidas com EAD, com o objetivo de atualizar a normatização do setor, que datava de 1996.

Os principais pontos que podem ser destacados no documento são:

- Exigência de que os cursos tenham programas curriculares em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação para os respectivos níveis e modalidades educacionais;
- As condições de infra-estrutura (bibliotecas com acervo físico e eletrônico) dos cursos serão alvo de constante fiscalização por parte dos órgãos competentes;
- Os cursos deverão submeter os alunos a avaliações presenciais periódicas, tanto para progressão nos cursos quanto para conclusão destes, sendo que o peso da avaliação presencial na nota final do estudante deve sobrepor-se ao das avaliações à distância.

Conclusão

O crescimento da oferta de cursos EAD no Brasil nas últimas três décadas ocorreu de maneira democrática, tanto sob a ótica da distribuição geográfica de alunos e cursos no nosso território quanto meios utilizados (vídeos, TV e mais recentemente a internet) ou ainda nas destinações do ensino, seja para alfabetizar ou para oferecer especialização a um profissional já graduado.

Os cursos de graduação a distância, por serem bastante recentes, ainda não apresentam dados de avaliação que possam vir a constituir-se em referencial para os que estão sendo criados e em andamento. O processo de avaliação desses cursos iniciou-se a poucos anos, em uma ação conjunta proposta pelo MEC. Até hoje as avaliações feitas foram muito mais para efeitos de credenciamento de instituições e autorização e reconhecimento de cursos.

Deve-se levar em consideração, contudo, para todos os fins de planejamento de políticas públicas educacionais, que a elevação dos números nas estatísticas oficiais, seja de diplomados ou de ingressantes no Ensino Superior a Distância, não deve constituir por si só indicativo da saúde educacional da nação. Estudos mostram que em pleno século XXI o Brasil apresenta taxa de analfabetismo funcional significativa e que há crianças em todas as partes do país que chegam ao fim do primeiro ciclo do ensino fundamental sem saberem ler e escrever, ainda que os números oficiais indiquem que a uma década mantemos cerca de 97% das nossas crianças de 7 a 14 anos nas salas de aula.

Como instituições de Ensino Superior prestigiadas abraçaram a causa da educação a distância, espera-se que os cursos superiores dessa modalidade apresentem num futuro próximo a mesma qualidade que os cursos regulares dessas instituições, atingindo um contingente populacional ainda desassistido pela Universidade. Que os indicadores de qualidade desenvolvidos pelos órgãos federais competentes passem por contínuo aperfeiçoamento, buscando uma Educação não mercantil, com atenção à formação de competências tecnológicas e humanísticas nos nossos cidadãos.

Referências

- CASTRO, C.M.; GUARANY, L.O. **O ensino por correspondência: uma estratégia do desenvolvimento educacional no Brasil**. Manuscrito. Rio de Janeiro, 1977.
- FREITAS, K. S. de. **Student Attrition in the Introductory Course of the National Open University of Venezuela**. USA: The Pennsylvania State University, 1982.

- KATZ, H.H. A state of the art on the independent private School industry in the state of Illinois. **Advisor Council on Vocational Education**, 1973, May, p. 6-7.
- LA BOUNTY, H.O. **Growth of higher education and economic recession**. Artigo apresentado durante o III Congresso da Organização Universitária Interamericana em Salvador-Bahia, abril, 1983.
- LONG, P. The Communication satellite as educational tool. **Convergence**, 1982, 15 (1), p. 45-56.
- MOORE, M.G. Learning autonomy: The second dimension of independent learning. **Convergence**, 1972, 5 (2), p.76-88.
- OSÓRIO, H. **Proyecto de investigación y de documentación sobre la situación de la teleducación en América Latina**. Lima: Colección Teleducación, 2, 1974, p. 127
- SHULMAN, C.H. Instructional television-Higher education without commercial interruption. **American Association for Higher Education**, May, 1981, 33 (9), 7-11.
- (1) Marlene M. Blois.